

CPT mostra violência no campo

João Bosco de Almeida Souza
Da Redação

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou ontem, em Cuiabá, o caderno "Conflitos no Campo Brasil 97", que faz um balanço da violência contra os trabalhadores rurais em todo o território nacional. A violência contra o homem do campo nos últimos 13 anos está mudando de cara. Se antes ocorria a violência ilegítima, expulsão ou ameaça de expulsão por pistolagem, hoje ela é institucionalizada em despejos judiciais.

Em 1985, 2.680 famílias foram vítimas de expulsão, outras 1.425 fo-

ram ameaçadas de expulsão, enquanto apenas 632 foram vítimas de despejo judicial. Com o passar dos anos, a situação foi se invertendo e, no ano passado em todo o Brasil, apenas 304 famílias foram expulsas, 720 vítimas de expulsão, contra 17.070 vítimas de despejo judicial e outras 23.515 ameaçadas de despejo.

Em 1997 ocorreram 736 conflitos no campo. Em Mato Grosso, foram registrados 39 conflitos, empatando com Mato Grosso do Sul. Do total de 159 no Centro-Oeste, Goiás registrou 79 e Brasília apenas dois. Mato Grosso teve menos casos que Goiás, mas o número de pessoas envolvidas foi su-

perior: 31,7 mil contra 30,9 em Goiás. Mato Grosso foi o único estado da região que registrou dois assassinatos.

Com os 159 casos, o Centro-Oeste é a segunda região mais violenta. A primeira é a região Nordeste, com 252 casos de conflito e 161,9 mil pessoas envolvidas. Em terceiro está a região Norte, com 131 casos e 92,8 mil pessoas envolvidas, mas o estado do Pará sobressai com 73 conflitos, menos que Goiás, mas envolvendo 66,4 mil pessoas. O Sudeste e o Sul registraram o mesmo número de casos - 97 conflitos cada um, mas no Sudeste o número de pessoas envolvidas foi maior.

Conheça as reivindicações do "Grito da Terra no Brasil"

Brasília
Distrito Federal

Reivindicações -

1º) Assentamento de 4 milhões de famílias em quatro anos.

2º) Investimento de R\$ 2,5 bilhões para a melhoria da infra-estrutura dos assentamentos de reforma agrária.

3º) Eliminação de juros nos empréstimos a pequenos agricultores.

4º) Concessão de 1 milhão de aposentadorias a trabalhadores rurais.

5º) Renegociação das dívidas com suspensão das cobranças.

6º) Aumentar de R\$ 2,350 bilhões para R\$ 4 bilhões os recursos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

7º) Criação de seguro agrícola nos empréstimos a agricultores familiares.

8º) Revogação de decreto que

proíbe vistoria em áreas invadidas.

9º) Modificação de artigo de medida provisória que concede empréstimos subsidiados a médios produtores rurais do Nordeste.

10º) Extinção dos programas Banco da Terra e Cédula da Terra.

Resposta do governo

1º) A proposta apresentada é eleitoreira. 2º) US\$ 150 milhões serão investidos em três anos. 3º) Sem resposta. 4º) 100 mil pesquisas serão realizadas para a concessão de igual número de aposentadorias rurais na área da seca no Nordeste. 5º) Renegociação da dívida do Proceca (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) para investimento em até dez anos com juros anuais de 3,25%.

6º) Sem resposta. 7º) MP irá atender à reivindicação. 8º) Proposta rejeitada. 9º) A Medida Provisória será modificada em agosto. 10) Proposta rejeitada.